

# Estudo Técnico Preliminar 150/2022

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 64592.009546/2022-18

## 2. Descrição da necessidade

Contratação de empresa especializada em serviços coleta de água para análise e emissão de laudos bacteriológico, físico-químico, dos reservatórios de água (poços, caixas de água e cisterna) e sistema de distribuição (torneiras/pontos), com objetivo de atingir os padrões de potabilidade estabelecidos pelo Ministério da Saúde, conforme Portaria de Consolidação 05/2017, anexo XX, controle e vigilância da qualidade de água para consumo humano e seu padrão de potabilidade, a Resolução da Diretoria Colegiada RDC N° 11 de 13 de março de 2014 que estabelece o padrão de qualidade de água para Hemodiálise e a portaria n° 001 do departamento de engenharia e construção, de 26 de setembro de 2011 que Aprova as Instruções Reguladoras para o Sistema de Gestão Ambiental no Âmbito do Exército (IR 50 – 20).

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de Gestão Ambiental	FRANCISCO REGINALDO DE OLIVEIRA

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

### 4.1 Natureza da Contratação:

4.1.1 Os serviços possuem natureza continuada, visto que são essenciais para a manutenção da qualidade da água utilizada nesta Organização Militar de Saúde.

4.1.2. Duração Inicial do Contrato: a duração inicial do contrato será de 12 (doze) meses, e por se tratar de serviços de natureza continuada, poderá, excepcionalmente e mostrada a vantajosidade, ser prorrogado por iguais períodos até o limite legal previsto na lei no 8.666, de 1993.

### 4.2 O fornecedor deverá:

4.2.1 Efetuar o serviço em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos.

4.2.2 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

4.2.3 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.2.4 Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato.

## 5. Levantamento de Mercado

5.1 O levantamento de mercado foi baseado no Pannel de Preços do Governo Federal - <https://paineldeprescos.planejamento.gov.br/analise-servicos>, e empresas locais;

5.2 De acordo com o Acórdão n° 1604/2017 – Plenário – TCU, a opção da modalidade SRP para a realização de pregão para contratação de serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra “viola o artigo 3° do Decreto n° 7.892/2013, a utilização da modalidade SRP para a contratação imediata de serviços continuados e específicos, com quantitativos certos e determinados, sem que haja parcelamento de entregas do objeto, como trata este caso concreto. O simples fato de haver possibilidade de aumento futuro da demanda pelos serviços não justifica a constituição de uma ata de registro de preços.” Desta forma, optou-se pela realização de Pregão Eletrônico na modalidade tradicional tendo em vista a necessidade deste Hospital de Guarnição.

## 6. Descrição da solução como um todo

Pregão Eletrônico na modalidade tradicional para contratação de serviços de coleta e análise da potabilidade da água em diversos pontos do HGuN por laboratório especializado, com emissão de laudo fiscal, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e no Termo de Referência.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A RDC 63, que é a Resolução da ANVISA que dispõe sobre requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para o Serviços de Saúde, estabelece que a água fornecida no hospital atenda aos padrões de potabilidade. Ademais, existe uma contínua preocupação da Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH) em validar a qualidade da água, que a mesma faz por meio de análises de água regulares em pontos críticos. Sendo assim, foi feito um levantamento dos pontos críticos de utilização de água no HGuN, seja pelo paciente internado, ambulatorial ou mesmo para uso da equipe de profissionais de saúde. Os pontos estão descritos na tabela abaixo.

Coleta e análise da potabilidade da água com emissão de laudo fiscal por laboratório especializado:

Ponto de Coleta	Tipo de Análise	Periodicidade	Quantidade de Pontos	Total de Pontos
Reservatórios de água (caixas d'água e cisternas)	Bacteriológico	Semestral	29	58 pontos/ano
Poços 1 e 2	Bacteriológico	Mensal	2	24 pontos/ano
Reservatórios de água (caixas d'água e cisterna)	Físico-químico	Semestral	29	58 pontos/ano
Poços 1 e 2	Físico-químico	Mensal	2	24 pontos/ano
Pontos de água para hemodiálise	Físico-químico	Semestral	3	6 pontos/ano
Pontos de água para hemodiálise	Bacteriológico	Mensal	3	36 pontos/ano
Pontos diversos localizados no HGuN	Bacteriológico	Semestral	45	90 pontos/ano
<b>Total</b>				<b>296 pontos/ano</b>

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): ~~49.069,60~~ **51.267,04**

Utilizando-se o preço médio obtido a partir da pesquisa de preços, chegou-se ao valor unitário de cada serviço, como consta no anexo I. Multiplicando o valor unitário do serviço pela quantidade total requerida pelo HGuN de serviços de análise da potabilidade da água, chegou-se ao valor total anual de R\$ 49.069,60

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

### 9.1 JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Em regra, conforme § 1º do art. 23 da Lei no 8.666/93, os serviços deverão ser divididos em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

A coleta da água será realizada mensalmente no Setor de Hemodiálise, e semestralmente nos demais pontos do HGuN, tanto para análise bacteriológica quanto físico-química. Além disso, os preços apresentam-se vantajosos quando obtidos em maior escala, e é preferível que o laboratório utilize a mesma metodologia para todos os tipos de análises.

Dessa forma, optou-se pela elaboração de um processo licitatório com formação de um único grupo para o serviço de coleta e análise de água e adoção como regime de execução empreitada por preço global, de forma que a análise da potabilidade da água possa ser realizado por apenas uma empresa e que esta possa se responsabilizar pela integralidade e qualidade dos serviços prestados.

Neste caso concreto, entendeu-se que a formação de um único grupo é viável por: 1. realização de apenas uma coleta de água; 2. atribuir a responsabilidade técnica e qualidade dos serviços prestados a uma única empresa; 3. reduzir o custo para a Administração de vários contratos; e 4. utilização de uma mesma metodologia para todas as análises. É importante ressaltar, ainda, que a divisão dos serviços a diversas empresas poderia resultar em conflitos de interesses, duplicidade de informações, controvérsias sobre a execução dos mesmos, contrariando o princípio da eficiência administrativa e culminar em prejuízos no controle da qualidade da água.

### 9.2. JUSTIFICATIVA PARA UTILIZAÇÃO DE PREGÃO

O artigo 3º do Decreto 3.555/2000 prevê que os contratos celebrados pela União, para a aquisição de bens e serviços comuns, serão precedidos, prioritariamente, de licitação pública na modalidade de pregão, que se destina a garantir, por meio de disputa justa entre os interessados, a compra mais econômica, segura e eficiente.

### 9.3. JUSTIFICATIVA PARA A PESQUISA DE PREÇOS

O Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, por meio da Instrução Normativa No 73, de 05 de agosto de 2020, dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, cabendo transcrever o seguinte:

Art. 3º A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá, no mínimo:

- I - identificação do agente responsável pela cotação;
- II - caracterização das fontes consultadas;
- III - série de preços coletados;
- IV - método matemático aplicado para a definição do valor estimado; e
- V - justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inexequíveis, inconsistentes e excessivamente elevados, se aplicável.

Art. 4º Na pesquisa de preços, sempre que possível, deverão ser observadas as condições comerciais praticadas, incluindo prazos e locais de entrega, instalação e montagem do bem ou execução do serviço, formas de pagamento, fretes, garantias exigidas e marcas e modelos, quando for o caso.

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

- I - Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico gov.br/paineldeprecos, desde que as cotações refiram-se a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;
- II - aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;
- III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso; ou
- IV - pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação,

desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.

§ 1o Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II.

[...]

Art. 6o Serão utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros de que trata o art. 5o, desconsiderados os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

§ 1o Poderão ser utilizados outros critérios ou métodos, desde que devidamente justificados nos autos pelo gestor responsável e aprovados pela autoridade competente.

§ 2o Para desconsideração dos valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados, deverão ser adotados critérios fundamentados e descritos no processo administrativo.

§ 3o Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados.

§ 4o Excepcionalmente, será admitida a determinação de preço estimado com base em menos de três preços, desde que devidamente justificada nos autos pelo gestor responsável e aprovado pela autoridade competente.

[...]

Art. 10. O preço máximo a ser praticado na contratação poderá assumir valor distinto do preço estimado na pesquisa de preços feita na forma desta Instrução Normativa.

§ 1o É vedado qualquer critério estatístico ou matemático que incida a maior sobre os preços máximos.

§ 2o O preço máximo poderá ser definido a partir do preço estimado na pesquisa de preço, acrescido ou subtraído de determinado percentual, de forma justificada.

§ 3o O percentual de que trata o § 2o deve ser definido de forma a aliar a atratividade do mercado e a mitigação de risco de sobrepreço.

A imprescindibilidade e importância da pesquisa de preços, em fontes diversas ou cesta de preços, é sufragada pelo TCU onde “Devem ser priorizadas consultas ao Portal Compras Governamentais e a contratações similares de outros entes públicos, em detrimento de pesquisas com fornecedores, publicadas em mídias especializadas ou de domínio amplo, cuja adoção deve ser tida como prática subsidiária” (Acórdão 1445/2015-Plenário, TC 034.635/2014-9, Relator Ministro Vital do Rêgo, 10.6.2015) (grifo nosso).

Não foi utilizado o parâmetro II, III e IV, conforme foi indicado no relatório de pesquisa de preços. Foram utilizadas, como metodologia para obtenção do Preço de Referência para a contratação, a média obtida no Pannel de Preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros adotados neste artigo, desconsiderados os valores inexequíveis e os excessivamente elevados. A pesquisa realizada alcançou a economicidade/razoabilidade da contratação, conforme a realidade dos preços praticados no mercado.

#### 9.4. JUSTIFICATIVA PARA A NÃO REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E COOPERATIVAS.

O art. 49 da Lei Complementar no 123/06 proíbe a aplicação do disposto nos seus artigos 47 e 48 quando o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

A súmula 247 do Tribunal de Contas da União afasta a obrigatoriedade do parcelamento, prevista no art. 23 da Lei no 8.666/93 – fator que se traduz na ampliação do número de competidores – em hipóteses que representem prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto.

A Lei Complementar 123/06 tem por incompatível com o interesse público, a exclusividade de participação de entidades de menor porte em licitação cujo valor estimado não supere R\$ 80.000,00, sempre que a administração verifique o risco de prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

Ressalvamos que, as pequenas e microempresas não contam, em equivalência, às empresas de médio e grande porte, com estruturas e capacidade técnica para atender a determinadas demandas. Assim, mesmo que o valor estimado da licitação seja inferior a R\$ 80.000,00, a administração necessita ampliar a participação para entidades de grande e médio porte, se a exclusiva participação de micro e pequenas empresas contiver risco de prejuízo à satisfatória execução do conjunto do objeto.

Com base no exposto acima e no disposto no Artigo 10o do Decreto no 8.538, de 6 de outubro de 2015, optou-se pela não realização desta licitação como exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas em razão dos motivos técnicos que se seguem:

1) Caso se priorizasse apenas as ME, EPP e Cooperativas estaríamos deixando de fora do processo licitatório

empresas nacionais que são consideradas referência na prestação do serviço objeto da presente licitação;

2) A questão DA HABILITAÇÃO também merece consideração, visto que fornecedores mais estruturados e de maior porte conseguem mais facilmente manter suas comprovações vigentes, uma vez que as mesmas condições de habilitação deverão ser mantida por 12 meses, sem acarretar prejuízo nas aquisições, imprescindíveis, para as Unidades Administrativas de Serviços Gerais (UASG).

Contar com atrasos e, até mesmo, falta na prestação do serviço, compromete a segurança do processo assistencial e aumenta a probabilidade de utilização de água não conforme pelos usuários do hospital. Em geral, os custos com assistência à saúde são aumentados devido ao emprego de alternativas mais dispendiosas. Portanto, a garantia de um serviço eficaz e eficiente reduz o impacto assistencial e econômico dos estabelecimentos de saúde.

Adotada a premissa de que o decreto não pode ir além da lei e que, portanto, cabe à Administração decidir, em cada caso, se a licitação será ou não exclusivamente reservada à participação daquelas empresas, segue-se a consequência de que tal opção há de ancorar-se em fundadas razões, devendo a Administração explicitar os respectivos motivos determinantes, caso entenda afastar a exclusividade, como de fato foi feito nesta justificativa.

#### 9.6. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Em regra, conforme § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666/93, as obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

Na presente demanda, não é vislumbrado, no momento, a possibilidade de adoção de parcelamento.

#### 9.7. JUSTIFICATIVA PARA FORMAÇÃO DO GRUPO

Para um melhor controle da execução dos serviços de análise da água, a análise microbiológica e a análise físico-química foram agrupadas para que uma única empresa preste ambos os serviços, uma vez que apenas um tipo de análise não atenderia a demanda do setor requisitante. Para cumprir todos os regulamentos descritos na justificativa da necessidade da contratação, é obrigatório que ambas as análises sejam executadas. Para evitar que somente um tipo de análise seja contemplado e outro não, os 2 itens foram agrupados.

### 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se faz necessária a realização de, quaisquer outras, contratações correlatas e ou interdependentes ao objeto pretendido, nem há pretensão de realizar contratações futuras para que o objetivo desta contratação seja atingido, razão pela qual este item não será considerado no o objetivo desta contratação seja atingido, planejamento.

### 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação possui alinhamento com o planejamento estratégico do Hospital de Guaranição de Natal, estribado no OEO 9 - Otimizar a aplicação dos recursos orçamentários e financeiros recebidos.

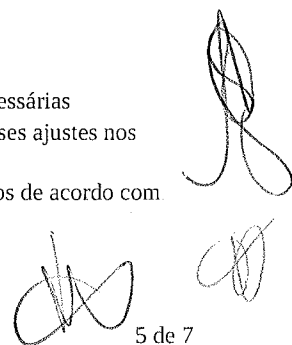
### 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

O Hospital de Guaranição de Natal, almeja com a contratação, em termos de economicidade, eficácia, eficiência, melhor aproveitamento dos recursos humanos, serviços e financeiros disponíveis, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos, bem como, melhoria da qualidade da água de uso comum dos militares e pacientes deste nosocômio

### 13. Providências a serem Adotadas

13.1 Elaborar cronograma e coordenar, pela Seção de Gestão Ambiental do HGuN, com todas as atividades necessárias à adequação do ambiente da organização para que a contratação surta seus efeitos e com os responsáveis por esses ajustes nos diversos setores.

13.2 Considerar a necessidade de capacitação de militares para atuarem na contratação e fiscalização dos serviços de acordo com as especificidades do objeto a ser contratado.



13.3 Juntar o cronograma ao processo e incluir, no mapa de riscos, os riscos de a contratação fracassar caso os ajustes não corram a tempo.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 As embalagens de produtos utilizados para a prestação dos serviços são de responsabilidade da Contratada, não sendo permitido que sejam deixados ou desprezados nas dependências do Hospital.

14.2 Os produtos utilizados para a execução dos serviços deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagens individuais adequadas, com o menor volume possível.

14.3 A Contratada deverá realizar a disposição final dos resíduos sólidos gerados de forma ambientalmente adequada, obedecendo às determinações da Anvisa.

14.4 A Contratada deverá utilizar equipamentos que reduzam o consumo de energia e de recursos naturais.

14.5 O serviço a ser executado deverá atender, quando aplicável, os critérios de Sustentabilidade Ambiental previstos na IN 01, de 19 de janeiro de 2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG).

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.


### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação, pois não há nenhuma necessidade de modificação de estruturas físicas do hospital, bem como qualquer aquisição de serviços ou materiais adicionais ao HGuN após a contratação do serviço em questão.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

  
**GUILHERME MARX DE OLIVEIRA**  
Presidente da equipe de planejamento

  
**JOÃO BATISTA LUCAS DE LIMA**  
Membro da equipe de planejamento

  
**ADIENY SONALY PEDROZA DA SILVA ALMEIDA**  
Membro da equipe de planejamento



APROBADO RM

ANDREA GUIMARAES OLIVEIRA - Tan Cel  
Ordenadora de despesa do HCUN

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura

Assinatura